

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2011

Solicita informações ao Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, sobre o “mensalão” do Partido da República.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, sobre o “mensalão” do Partido da República:

1. É verdade que a Presidente da República, Dilma Rousseff, foi informada pelos órgãos de inteligência do governo sobre a formação de um “mensalão” por parte do Partido da República?
2. A Presidente foi informada que o Ministério dos Transportes estava sendo usado como fonte de arrecadação para formação do “mensalão” do Partido da República?

3. Quais foram os órgãos de inteligência do governo que investigaram o Partido da República?
4. Quem mandou investigar o Partido da República e com base em que informação?
5. O caso foi remetido à Polícia Federal?

JUSTIFICATIVA

Recentemente, a Revista Veja denunciou um esquema de pagamento de propina para caciques do PR, Partido da República, em troca de contratos de obras envolvendo o Ministério dos Transportes.

A edição da revista VEJA mostrou que antes da referida reportagem vir a público, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com integrantes da cúpula do Ministério dos Transportes no Palácio do Planalto para reclamar das irregularidades na pasta. Ela se queixou dos aumentos sucessivos dos custos das obras em rodovias e ferrovias e criticou o descontrole nos aditivos realizados em contratos firmados com empreiteiras e mandou suspender o início de novos projetos. Dilma acrescentou, ainda, que o Ministério dos Transportes estava sem controle e que as obras estavam com os preços “inflados”.

A imprensa registrou, após as denúncias, que a Presidente da República foi informada por órgãos de inteligência, de que o PR teria implantado um novo “mensalão”, com distribuição de dinheiro vivo para parlamentares, e que o caso teria sido remetido à Polícia Federal.

Portanto, o objetivo deste requerimento é buscar o mais rapidamente possível os esclarecimentos sobre que providências estão sendo tomadas sobre estas denúncias, para que o Senado Federal, responsável pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, possa dar uma resposta à sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011.

Senador